

BOLETIM MENSAL DE EMERGÊNCIA

YANOMAMI

JUNHO 2025

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Conheça as principais ações realizadas pelo Governo Federal na Terra Indígena Yanomami em junho de 2025.

335

operações de combate
ao garimpo ilegal

5.778

operações desde
março de 2024

R\$ 404,1mi

prejuízo ao garimpo
desde março de 2024

3.231

cestas de alimentos entregues
em maio de 2025

■ Confira as ações integradas do Governo Federal

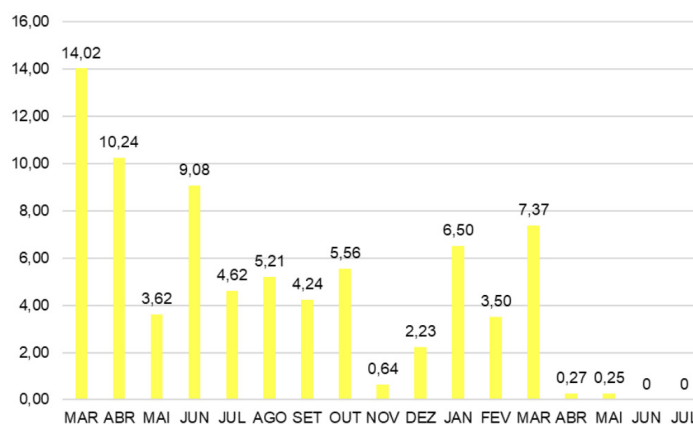
Desintrusão e combate ao garimpo ilegal

- Principais números:

	JUNHO DE 2025	ACUMULADO (a partir de março/24)
Cassiterita apreendida e inutilizada (Kg)	4.100	170.372
Ouro apreendido e inutilizado (g)	237	34.417
Aeronaves apreendidas e inutilizadas	1	35
Mercúrio apreendido e inutilizado (g)	500	228.347
Helipontos inutilizados	0	2
Pistas de pouso inutilizadas	3	59
Balsas apreendidas e inutilizadas	1	100
Balsas grande porte apreendidas e inutilizadas	1	8
Balsas apreendidas e inutilizadas	4	244
Prisões de pessoas	8	217
Maquinários pesados apreendidos e inutilizados	0*	72

**É importante destacar que, frente a todas as ações realizadas pela gestão federal sob a coordenação da Casa de Governo, as apreensões e destruições de equipamentos são cada vez menos frequentes, demonstrando esforços sustentados no combate ao garimpo ilegal. Consequentemente, levantamentos do CENSIPAM/MD mostram que, pela primeira vez, desde o ano passado, a área de corte raso aberto para roçado e produção de alimentos superou a abertura de novas áreas de garimpo.*

- Desde a criação da Casa e Governo, a atuação coordenada das forças públicas resultou em uma redução de 98% das áreas de garimpo ilegal na TIY.



- O Comando Conjunto Catrimani II ativou, em 15 de junho, a Força Nacional Componente (FNC), que iniciou sua participação com o emprego de importantes meios da Marinha do Brasil. A Força Naval atuará ao longo do Rio Catrimani, realizando missões de patrulhamento fluvial para impedir a movimentação de garimpeiros ilegais, interceptar embarcações utilizadas na atividade criminosa e aumentar o controle sobre a região. Também participa da operação o Navio de Assistência Hospitalar (NASH) Carlos Chagas, que trará apoio médico e odontológico às populações ribeirinhas e indígenas.



Agência Gov • Via Exército



SAIBA
MAIS
AQUI



- Em operação conjunta com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e a Força Nacional, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apreendeu 620 quilos de cassiterita armazenados irregularmente em uma residência na área urbana de Boa Vista. A ação foi motivada por denúncia recebida pela PRF, que acionou o Ibama para verificação no local.

Além da cassiterita, os agentes apreenderam uma caminhonete, GPS e balança digital. Os dois envolvidos foram autuados pelo Ibama, com aplicação de multa no valor de R\$ 20.500,00 para cada um, além da apreensão do minério.



Divulgação • Ibama/PRF

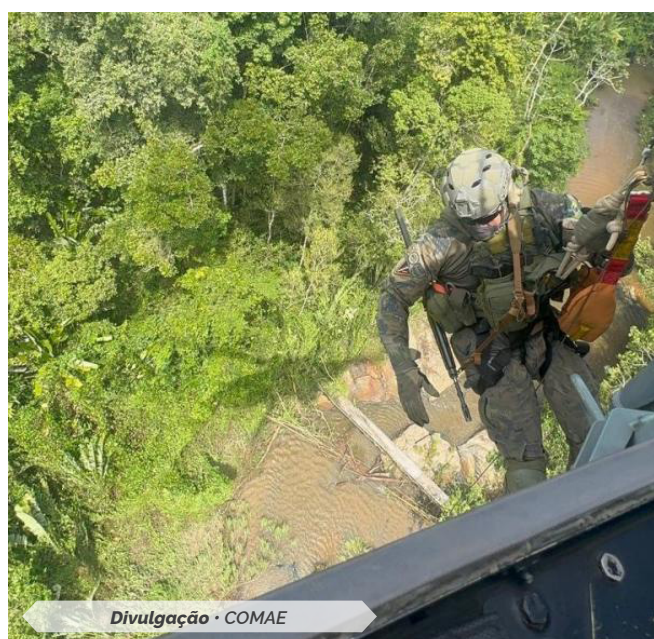


SAIBA
MAIS
AQUI



- Em uma ação realizada pela Força Aérea Brasileira (FAB), uma aeronave modelo Cessna 182 foi interceptada na Zona de Identificação de Defesa Aérea (ZIDA 41), sobre a Reserva Indígena Yanomami. **Foram empregados na operação dois caças A-29 Super Tucano e uma aeronave radar E-99 da FAB, sob controle do Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA IV), em Manaus.** A missão foi conduzida pelo Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE), em coordenação com a Polícia Federal (PF), como parte das ações de vigilância e controle do espaço aéreo brasileiro.

No interior da aeronave interceptada, **foi encontrada uma grande quantidade de cassiterita sem qualquer tipo de documentação**, o que caracteriza crime ambiental. O piloto foi localizado e transportado para um hospital na cidade de Boa Vista (RR).



- **Início da Operação Asfixia**, uma ofensiva que atravessa rios, estradas vicinais e ocupa a Terra Indígena Yanomami (TIY). Sob coordenação da Casa de Governo, a operação mobiliza forças armadas, **agências de fiscalização e instituições ambientais em uma ação para sufocar a estrutura que alimenta o garimpo ilegal na Amazônia.**

A ofensiva se dividiu em duas frentes simultâneas: uma operando dentro da TIY e outra controlando o entorno, pelas rodovias e vicinais que cortam o sul do estado. A estratégia de sufocamento funcionou não apenas como uma resposta direta à presença do garimpo ilegal, mas como uma sinalização clara de que a retomada do controle do território é uma política de Estado.

A operação segue intensa para erradicar os últimos focos de atividade remanescente. Para as autoridades, **manter a pressão é essencial para impedir o reagrupamento de garimpeiros e garantir a consolidação da desocupação.**



Base da Casa de Governo /Força Nacional e FUNAI na pista do Rangel

Políticas Sociais

- Um grupo de 15 indígenas Yanomami e Ye'kwana, que atuam como Agentes Indígena de Saúde (AIS) na Terra Indígena Yanomami, participaram em Boa Vista/RR de uma formação do projeto **"Construção da Linha de Cuidado do Câncer do Colo do Útero no DSEI Yanomami e Ye'kwana"**. A ação faz parte de um planejamento de estruturação da saúde para mulheres. As participantes vivem e atuam nas regiões de Auaris, Waikás, Kuratanha, Maturacá, Inambu e Nazaré. A formação foi promovida pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Distrito Especial de Saúde Indígena Yanomami (DSEI-Y), com apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e do Instituto Socioambiental (ISA).

Paralelamente, **médicas, enfermeiras e técnicas do DSEI-Y também passaram por capacitação, com foco em abordagens ginecológicas adequadas às especificidades das mulheres indígenas.** Um conjunto de ações serão desenvolvidas ao longo de três anos. Como parte final da oficina, as Yanomami e Ye'kwana produziram uma cartilha informativa sobre saúde da mulher.



Fabrizio Araújo • ISA



SAIBA
MAIS
AQUI



A formação sobre cuidados relacionado ao câncer de colo de útero durou uma semana em Boa Vista

- A Ouvidoria-Geral de Justiça do TJRR produziu e distribuiu **cartazes informativos** nas línguas indígenas Macuxi, Wapichana e Yanomami, além do Espanhol, e busca **atender a diversidade populacional de Roraima**. Os cartazes, com linguagem clara e acessível, detalham os **canais de contato da Ouvidoria-Geral**, explicando como registrar manifestações, reclamações, sugestões, elogios ou denúncias

KAMIYAMAK JUSTIÇA PÈK WA TAPO HA?

Haikia, hiyehè wa hu ima yalo aho yam thā hīli ximo pè yaile.

Kahowa elihè ain thā xaali hipia lā thehe, muk wayein īkali wāha thehe, kamiyamak Justiça thelihè wa thā waato la ma lei. Inaha tha wei totihi pè lāi wa pilhi ku thehe, muk wayein thā wālihiki hipia thehè, wa thā thai kamiyamak uhè. Ain wa thēlema totihi thehe, kamiyamak uhè wa thā wato hetio ma lei.

Tokumentu wa hila thehè, kamiyamakun ūhu tokumentu waia lā ithe. Lopai, pata pèk uhè, aho tokumentu xumu xaali le ithe. Waiha, pata pèkun thā hipi yapa kō ke thehe, kahowa elihè thā xumu xaali le ithe, kamiyamakun.

Ai wa thā tha ximo uhè, wa kilip xihè, wa thā xumu xaali lei.

Hoithehè wa pè taa pole, wa pè moyawè yohe, wam thēlema wei yamak apè kii. Aho wa thā xumulei.

Tokumentu tūluhè, celular mesaxe xiye wei thāxo, wa thā xumulei.

TRADUÇÃO: MILTON CAMARGO CÉSAR SOBRINHO



**SAIBA
MAIS
AQUI**



- O Ministério Público Federal (MPF) firmou um Termo de Compromisso pioneiro com a Starlink, empresa de internet via satélite do grupo SpaceX, para impedir o uso irregular da tecnologia em áreas de garimpo ilegal na Amazônia. O acordo, com validade inicial de dois anos, foi firmado pelo 2º Ofício da Amazônia Ocidental, que atua nos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Esta é a primeira parceria formal da empresa com autoridades brasileiras. Pelo acordo, a partir de janeiro de 2026, a Starlink exigirá dados de identificação e comprovante de residência para ativar terminais na região da Amazônia Legal, facilitando o monitoramento dos usuários pelas autoridades.



**SAIBA
MAIS
AQUI**



- O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e demais instituições públicas federais, realizou na semana de 4 a 6 de junho, o I Seminário de Monitoramento e Avaliação do Plano de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) aos Povos Indígenas Yanomami e Ye'kwana – proteção social e atuação integrada frente à emergência no território.

O seminário reuniu representantes indígenas, gestores públicos e técnicos de diversas instituições para discutir, avaliar e propor estratégias de fortalecimento da assistência social aos povos Yanomami e Ye'kwana.



Mayra Wapichana • Ascom



SAIBA
MAIS
AQUI







GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

